



COMUNIDADES VIVAS

Sensibilizar | Refletir | Agir | Incluir





UM PROJETO

Entidade Promotora: FENACERCI - Federação Nacional de Cooperativas de Solidariedade Social, FCRL.

Entidade Cofinanciadora: Projeto cofinanciado pelo Programa de Financiamento a Projetos pelo Instituto Nacional para a Reabilitação, I.P.

Com o apoio de: CERCIESPINHO, CERCIAAG, CERCILISBOA e CERCIMA.

Grafismo e Imagens disponíveis gratuitamente em www.canva.com

Autoria: Sara Gésero Neto

Coordenação: Rogério Cação

Conceção e Design Gráfico: Sara Gésero Neto



Rua Augusto Macedo, n.º. 2 A, 1600-794 Lisboa



www.fenacerci.pt



fenacerci@fenacerci.pt



<https://www.facebook.com/FENACERCI/>



<https://www.instagram.com/fenacerci/>



<https://twitter.com/fenacercifcrl>

COMUNIDADES VIVAS



Defendemos comunidades que não se acomodem, que não sejam adormecidas e indiferentes. Comunidades que interajam, que assumam corresponsabilização na promoção dos direitos, na participação e na inclusão das pessoas com deficiência intelectual e multideficiência.

As comunidades inclusivas são o fundamento de uma sociedade reforçada pela diversidade e inclusão; e pelo respeito e justiça para todos, independentemente das suas capacidades individuais. No que à realidade das pessoas com deficiência intelectual e multideficiência diz respeito, é importante ter em consideração que subsiste um conjunto de desafios adicionais relativamente ao tipo e ao nível de apoio que a sociedade lhes deve facilitar.

Para uma grande maioria destas pessoas a inclusão na comunidade ainda está longe de ser uma realidade. Muitas delas ainda vivem afastadas do ambiente comunitário em que se inserem e, quando se encontram nele, nem sempre o seu modelo de participação social e comunitária assenta em bases inclusivas. Ficam muitas vezes confinadas a experiências inter pares, ainda que desenvolvidas na comunidade e devidamente enquadradas por profissionais e pela família. É fundamental que se promovam, sempre que possível, oportunidades de vida independente e potenciação da autonomia, designadamente envolvendo a participação cívica e associativa e a convivialidade com amigos e outros membros da comunidade. Seja, por exemplo, integradas em grupos de pessoas com deficiência em visitas a espaços da comunidade, conduzidos por profissionais que trabalham para as organizações prestadoras de serviços ou acompanhadas pela família. Na maior parte das vezes, não o fazem sozinhas ou com o seu grupo de amigos.

da invisibilidade à

PARTICIPAÇÃO NA COMUNIDADE

O artigo 19 da Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência refere-se à vida independente e inclusão na comunidade, as quais encerram em si um conjunto de outros direitos, nomeadamente, civis, políticos, sociais e culturais. Obviamente que não nos esqueçamos das pessoas com necessidades mais complexas, para as quais, por força das incapacidades decorrentes da deficiência e/ou da ausência de autonomia ou competência de autorrepresentação, o objetivo de fruição das premissas associadas à cidadania plena é difícil ou mesmo impossível de atingir. Para estas pessoas e para as suas famílias, torna-se indispensável o suporte de organizações que emanem da própria comunidade e interajam permanentemente com elas, levando o mais longe possível os objetivos da inclusão mas sem pôr em causa as condições de dignidade, segurança e conforto que são devidas a cada cidadão.

Um dos aspetos mais importantes para assegurar a inclusão na comunidade prende-se, por um lado, com a existência de organizações e profissionais que interajam abertamente com as comunidades, que recorram aos serviços comunitários utilizados por todas as pessoas e defendam esta abordagem; por outro, com famílias que atuem enquanto agentes facilitadores, que promovam o acesso aos serviços prestados na comunidade, bem como a naturalização destas relações e a acessibilidade às mesmas o mais precocemente possível.

Vários estudos e relatórios mostram-nos que todas as pessoas, independentemente do tipo ou grau de deficiência, se desenvolvem e prosperam quando vivem na comunidade com o apoio adequado.

Para atingirmos a inclusão na comunidade precisamos de nos concentrar mais nas nossas comunidades e sistemas de apoio e menos nas características individuais, isto é, na deficiência da pessoa. Somente, deste modo, estaremos a construir comunidades mais fortes e mais inclusivas.

Aceder fisicamente à comunidade não significa fazer realmente parte da mesma. Ser-se, estar-se e sentir-se incluído numa comunidade dá espaço e cria oportunidade para decidirmos sobre a nossa vida privada, mas também de participação na vida pública. A visibilidade e participação em eventos e atividades comunitárias, bem como o uso de serviços e de espaços públicos são uma questão-chave no processo de inclusão na comunidade. As pessoas com deficiência intelectual necessitam de exercer, desde muito cedo e em diferentes ambientes, as competências que possibilitam o exercício de uma cidadania ativa. As competências para a tomada de decisão devem ser abordadas e estimuladas precocemente, quer no seio da família, quer em contexto escolar.





a inclusão

NA COMUNIDADE

Sendo por essa razão que a autorrepresentação e a autodeterminação são elementos fundamentais na promoção da inclusão social.

Comummente, as pessoas com deficiência enfrentam obstáculos atitudinais e de recursos que impedem o seu pleno envolvimento nas comunidades a que pertencem. Fatores como a pobreza, os recursos e apoio desadequados, a desigualdade no acesso à saúde, educação e emprego, podem resultar na sua menor capacidade de ter uma presença pública, permanecendo assim, na invisibilidade.

Os obstáculos atitudinais estão relacionados com a forma como as pessoas com deficiência ainda são encaradas pela sociedade: como destinatários de cuidados; política ou socialmente incapazes e não sendo realmente parte ativa das comunidades em que se inserem. Esta afirmação é particularmente verdade no caso das pessoas com deficiência intelectual severa ou profunda.

Com base neste enquadramento, o projeto Comunidades Vivas teve como enfoque a realização de sessões de informação e sensibilização, com o propósito de promover uma reflexão alargada a nível comunitário sobre os direitos de participação e cidadania

das pessoas com deficiência intelectual e multideficiência.

Nestas sessões foram abordadas temáticas consideradas fundamentais no que aos direitos, à inclusão, ao futuro e aos desafios permanentes com que as pessoas com deficiência intelectual e multideficiência se altercam, nomeadamente:

- Violência Doméstica e Deficiência;
- Educação inclusiva e transição para a vida adulta;
- Envelhecimento das pessoas com deficiência, famílias e profissionais;
- Ocupação, trabalho e emprego;
- Problemas complexos na deficiência intelectual e na multideficiência.

Cada uma destas sessões foi acolhida e desenvolvida conjuntamente entre a Federação e uma das suas associadas, tendo sido mobilizados e envolvidos diferentes partes interessadas a nível regional e local. Somente através de uma reflexão alargada, envolvendo todos os atores sociais e promovendo uma abordagem centrada nos direitos e nas necessidades de apoio das pessoas com deficiência, é possível refletir sobre o papel individual e coletivo na construção e consolidação de uma comunidade mais consciente e inclusiva.

5 TEMAS

- Violência Doméstica e Deficiência Intelectual
- Educação Inclusiva e Transição para a Vida Adulta
- Envelhecimento das pessoas com deficiência, das famílias e dos profissionais
- Ocupação, Trabalho e Emprego
- Problemas complexos na deficiência intelectual e multideficiência

15 HORAS

de partilha e reflexão conjunta que contribuíram para uma maior consciencialização pessoal e social sobre os direitos de participação, inclusão e cidadania das pessoas com deficiência intelectual. Contributo para uma mudança de mentalidades, maior aceitação e valorização por parte da comunidade


4 CIDADES 19 ASSOCIADAS

Águeda; Espinho; Lisboa e Montijo

CERCIAG,
CERCIESPINHO, CERCILISBOA e
CERCIMA

217 PARTICIPANTES

Pessoas com Deficiência; Famílias; Dirigentes associativos; Profissionais da área da deficiência/reabilitação; Professores; Formadores; Forças de Segurança; Autarcas; Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género; Técnicos de Apoio à Vítima; Empresários; Diretores de Recursos Humanos; Universidades; Médicos e Enfermeiros



em torno do tema

VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E DEFICIÊNCIA

Convidar a comunidade a refletir sobre o tema da Violência Doméstica e Deficiência é contribuir para a desocultação e informação em torno desta problemática. Comunidades informadas e cidadãos promovem ambientes mais seguros e valorativos do papel e do contributo de cada pessoa para o coletivo.

A dimensão de corresponsabilização para a proteção e segurança das pessoas com deficiência intelectual e multideficiência é parte integrante de uma comunidade viva.

Com esta sessão temática foi possível refletir, de forma multidisciplinar, sobre: a invisibilidade das pessoas com deficiência intelectual e a complexidade da problemática da violência doméstica; as influências sociais, culturais, educacionais e a intervenção dos media no modo como são percecionados os papéis sociais e os estereótipos de género associados à figura masculina e feminina, por um lado, e, por outro, às mulheres e homens com deficiência intelectual. Foi ainda apresentado o balanço do trabalho desenvolvido até ao momento pela Casa de Abrigo da CERCIAAG.

A Casa de Abrigo da CERCIAAG é uma resposta específica de acolhimento temporário para mulheres vítimas de violência com deficiência/incapacidade que tem como objetivo restabelecer a confiança e a segurança das vítimas e posteriormente apoiar-las a (re)organizarem e a (re)construírem um projecto de vida.

A Casa de Abrigo permite apoiar mulheres com deficiência vítimas de violência, através de uma resposta especializada e personalizada de aconselhamento relacionada com direitos, proteção jurídica e social, habitação, ocupação, formação e/ou emprego. Pretende-se com esta resposta contribuir para o combate a todas as formas de violência e discriminação; a inclusão das pessoas com deficiência, através da promoção de respostas adequadas com a consequente diminuição das suas incapacidades face aos contextos; bem como para a visibilidade das pessoas com deficiência, tornando-as reais, ao nível das estatísticas oficiais, e reforçando a sua posição e necessidades, ao nível legislativo e social, nos diferentes contextos em que estas se inserem.



CONCLUSÕES

- Ausência de estatísticas e de dados sobre prevalência relativos ao impacto da problemática da violência doméstica associada à deficiência;
- Falta de formação /capacitação de públicos estratégicos (área social, saúde e justiça) para a uniformização de visões, linguagens, metodologias de intervenção, formas de atendimento e encaminhamento entre serviços e profissionais;
- Falta de formação com conteúdo em formato acessível dirigido a pessoas com deficiência no geral e a pessoas com deficiência intelectual, em particular;
- Constrangimentos e desadequação das respostas existentes face às necessidades específicas das vítimas de violência doméstica com deficiência. Respostas específicas, como a Casa de Abrigo da CERCIAAG são estruturas habilitadas, acessíveis e dotadas de todos os recursos necessários para responder a necessidades específicas, como as das mulheres com deficiência intelectual;
- Melhorias ao nível da articulação entre entidades sinalizadoras, redes de origem e suporte das vítimas;
- Dificuldades na definição e implementação de projetos de vida para as vítimas com deficiência intelectual, sobretudo quando possuem filhos bebés; ausência de rede de suporte familiar alternativo e grandes necessidades de apoio;
- Reflexão sobre a adequabilidade dos mecanismos de proteção e de como mobilizar as comunidades vivas a este nível;
- Importância de avaliar a pertinência de continuidade e possível alargamento a novas respostas/soluções com a experiência da Casa de Abrigo da CERCIAAG.

em torno do tema

EDUCAÇÃO INCLUSIVA E TRANSIÇÃO PARA A VIDA ADULTA

Comunidade educativa, organizações da área da deficiência, autarquia, pessoas com deficiência intelectual e famílias refletiram sobre:

- Paradigmas e paradoxos da Escola e da Educação;
- A Escola antes e depois dos 18 anos;
- O enquadramento da Escola Inclusiva e das respostas especializadas;
- O Decreto-Lei n.º 54/2018: pontos fortes e pontos fracos.

A chave para uma Escola Inclusiva encontra-se, também, numa comunidade que seja promotora de participação; cooperação; equilíbrio; oportunidade; atenção; meios e recursos.



CONCLUSÕES

- A mudança positiva na alteração do paradigma de Educação Especial para Educação Inclusiva implica que a “educação especial” deixe de ter uma identidade distinta da educação e que toda a escola se deve organizar para formar/educar sem exceção todos os alunos;
- A educação constitui um problema estrutural em Portugal, no qual as necessidades dos alunos, a legislação e as políticas se encontram desarticuladas;
- A implementação do Decreto-Lei n.º 54/2018 exige uma dimensão de investimento que ainda não foi assumida pelo Estado;
- A necessidade urgente de definição do papel, da intervenção e dos recursos dos Centros de Recursos para a Inclusão;
- A existência de dificuldades em concertar, de forma multidisciplinar, a implementação do Decreto-Lei 54/2018.
- O reconhecimento das CERCI'S como estruturas habilitadas e qualificadas, com competências acumuladas e consolidadas ao longo dos anos;
- A educação deve estar sempre centrada na escola (ou seja, centrada no aluno sendo a escola a base de contacto com as restantes estruturas) usando todos os recursos e meios disponíveis na comunidade (e.g. CERCI'S).
- A escola é, por excelência, o espaço para formar/educar alunos. E as crianças que carecem de apoio médico e clínico permanente e/ou especializado? Onde, como e em que condições recebem esse apoio?
- A educação deve assumir uma abordagem cooperativa, onde a escola, a família, os alunos e a comunidade terão um papel interventivo e participativo;
- As escolas possuem grandes necessidades de apetrechamento de recursos humanos, materiais e financeiros;
- A comunidade tem que ser envolvida na construção das respostas e não que lhes seja exigida a implementação de medidas legislativas que não se adequam aos contextos e necessidades locais.

em torno do tema

ENVELHECIMENTO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA, DAS FAMÍLIAS E DOS PROFISSIONAIS

Questionar, ouvir, dar voz à comunidade sobre as várias dimensões do envelhecimento.

A promoção de um envelhecimento ativo é um projeto coletivo que envolve as pessoas com deficiência intelectual e multideficiência (cujo processo de envelhecimento é mais acelerado a nível físico, psicológico e social); a família (na dimensão vinculativa, cultural, afetiva e na esfera do cuidar); os profissionais (a nível do desenvolvimento afetivo, sexual, social, entre outros e na sua dimensão pessoal e familiar) e as estruturas organizacionais que visam suportar/apoiar esse projeto coletivo.



CONCLUSÕES

- As organizações são entidades vivas com ciclo de envelhecimento, pelo que é impreterível que sejam estruturas refletidas e pensadas de acordo com a evolução da medicina e dos próprios paradigmas de evolução social, na procura de soluções ajustadas às necessidades emergentes e que passam, em grande número, por parcerias e fortificação de relações com a comunidade;
- É importante que cada organização reflita sobre o seu processo de envelhecimento e o envelhecimento dos seus profissionais. Quando é que uma organização fica no passado? Como lida uma organização envelhecida com o envelhecimento?
- A rigidez imposta aos serviços e respostas sociais por parte do sistema de financiamento e da legislação em vigor é desajustada da realidade das organizações;
- O número de respostas na área do envelhecimento é manifestamente reduzido face às necessidades reais da comunidade;
- É reconhecido que a mudança de resposta social para pessoas com deficiência com mais de 65 anos é desadequada, pese embora esta orientação não tenha sofrido a devida alteração. É uma questão que carece de continuar a ser debatida junto das instâncias governamentais;
- O apoio individualizado como algo muito necessário, sobretudo para pessoas com deficiência com grandes necessidades de apoio e que, devido ao rácio existente entre profissionais-cliente, aos apoios prestados e ao número de clientes por serviço ainda é muito limitado;
- A necessidade de se refletir e mudar a forma como se trabalha e faz intervenção com pessoas idosas, evitando situações de infantilização e desajuste face à sua idade biológica;
- As organizações da área social são confrontadas, cada vez mais, com a necessidade de prestação de cuidados de saúde. Deveria ser facilitada a possibilidade de estabelecer acordos de cooperação nesse sentido;
- Criação de uma nova resposta social - Centro Cívico - que vise preparar as pessoas para as mudanças que o processo de envelhecimento traz às suas vidas, ao nível das competências pessoais e sociais;
- A necessidade de (re)pensar o Serviço de Apoio Domiciliário, por forma a incorporar uma dimensão de valorização e promoção da qualidade de vida das pessoas e das suas famílias;
- Necessidade de alteração da legislação laboral (e.g. trabalho a meio tempo, outras alternativas), por forma a flexibilizar o trabalho prestado por profissionais com funções de desgaste rápido, com perdas de competências, cansaço intelectual e psicológico;
- A necessidade de se pensar quais as soluções existentes dentro e fora das organizações para os profissionais que se encontram com perdas de capacidade, competências e de qualidade de vida antes da idade de reforma. Os ajustes necessários devem surgir também nas comunidades.
- O processo de envelhecimento deverá ser algo trabalhado precocemente, nomeadamente em contexto escolar;
- A dimensão da intergeracionalidade deve ser trabalhada nas comunidades e envolvendo as escolas.



em torno do tema

OCUPAÇÃO, TRABALHO E EMPREGO

A participação económica consagra o direito à iniciativa cidadã, a valorização do reconhecimento social, o reforço da autoestima e autonomia, e o alargamento dos horizontes de participação social por parte das pessoas com deficiência. Pessoas com deficiência intelectual, famílias, profissionais, dirigentes associativos, empresários, mediadores para o emprego, técnicos de apoio à inserção, tutores, formandos e formadores reflectiram sobre a importância do reconhecimento económico, social e pessoal atribuído às pessoas com deficiência intelectual (PcDI) através de oportunidades de ocupação, trabalho e emprego.



CONCLUSÕES

- O tema suscitou algumas inquietações, nomeadamente: o desajuste do atual modelo de apoio ocupacional; as escassas oportunidades de emprego; a desvalorização do trabalho como mecanismo de inclusão; a assunção de direitos, competências e oportunidades dadas às PcDI;
- A defesa de oportunidades de igualdade para que as PcDI possam provar e demonstrar as competências que têm e que adquiriram (e.g. no contexto de formação profissional);
- A importância dos saberes: Saber Ser (conhecer-se a si próprio); Saber Estar (relação com os outros; relação interpessoal); Saber Fazer (e.g. desenvolvido em contexto de trabalho); Saber Adaptar-se (dimensão bastante valorizada em contexto de trabalho);
- A ideia de soluções de trabalho inovadoras que possam ser experienciadas, sobretudo, através das Atividade Socialmente Úteis (ASU) como alternativa a quem não tem perfil de empregabilidade;
- A importância de se trabalhar no sentido de que as ASU possam progredir para situações de empregabilidade e, simultaneamente, corrigir situações de ASU que se prolongam no tempo com esse enquadramento;
- O reconhecimento do papel do colega de trabalho/tutor como fundamental para a integração profissional das PcDI;
- A aposta em projetos de iniciativa comunitária são a melhor forma de garantir a participação cívica, laboral e social das PcDI;
- O reconhecimento das mais valias criadas por contextos profissionais que apostem na diversidade, criando ambientes humanamente mais ricos e motivadores;
- O reconhecimento da qualidade do trabalho que é feito pelas CERCIs, na área da formação profissional e do apoio ao emprego, enquanto elementos facilitadores de integração socioprofissional;
- O futuro terá que centrar a sua intervenção numa abordagem de direitos; reforçando a autonomia e a independência das PcDI; apostando no desenvolvimento de projetos comunitários; repensando os atuais modelos organizacionais e de apoio ocupacional.



em torno do tema

PROBLEMAS COMPLEXOS NA DEFICIÊNCIA INTELECTUAL E MULTIDEFICIÊNCIA

A compreensão dos múltiplos problemas associados à deficiência intelectual e multideficiência representam uma dimensão de reflexão e intervenção inerente à missão e ao trabalho que a FENACERCI procura desenvolver. É a partir do conhecimento que se promove a qualidade dos serviços que a rede de associadas disponibilizam às pessoas com deficiência intelectual e multideficiência, profissionais que as apoiam e respetivas famílias.

Tendo por base uma visão multidisciplinar, partilhada por diferentes profissionais da área social e da saúde foram abordadas questões como as principais patologias do neurodesenvolvimento; a importância dos instrumentos de avaliação da dor nesta população e a dimensão da espiritualidade como ferramenta promotora de qualidade de vida.

CONCLUSÕES

- A relevância do tema, a necessidade de partilha e disseminação de conhecimento sobre boas práticas e modelos de intervenção nesta área;
- A importância de dar visibilidade às pessoas com deficiência intelectual e multideficiência com grandes necessidades de apoio; de abrir espaço à partilha de dificuldades sentidas pelos familiares e profissionais e de se alertar para a dimensão de inclusão destas pessoas;
- A importância da articulação entre a área médica e social na compreensão das múltiplas problemáticas, assumindo que somente a partir de intervenções multidisciplinares se pode elevar o grau de conhecimento fundamental à compreensão de problemas tão complexos como os que esta população (com grandes necessidades de apoio) enfrenta;
- A importância do papel do cuidador formal/informal na interpretação de sinais, por parte de pessoas com deficiência ao nível da comunicação verbal e com grandes limitações neuromusculares, que ajudem a despistar possíveis problemas de saúde; o reconhecimento dos heterorrelatos; a valorização de sinais por parte das equipas de saúde; a identificação de princípios orientadores da avaliação da dor (requisitos mínimos); o recurso a algumas escalas de avaliação como instrumentos de apoio e intervenção;
- A espiritualidade como ferramenta promotora de qualidade de vida e o reconhecimento do seu papel como fator protetor: a importância da esperança e do optimismo.

*Participantes
consideraram
a realização deste
tipo de sessões:*

87%
**MUITO
INTERESSANTES**

*Participantes
consideraram
os temas abordados
nestas sessões:*

80,6%
**MUITO
PERTINENTES**



COMUNIDADES VIVAS

SENSIBILIZAR | REFLETIR | AGIR | INCLUIR

Federação Nacional de Cooperativas de Solidariedade Social | 2019